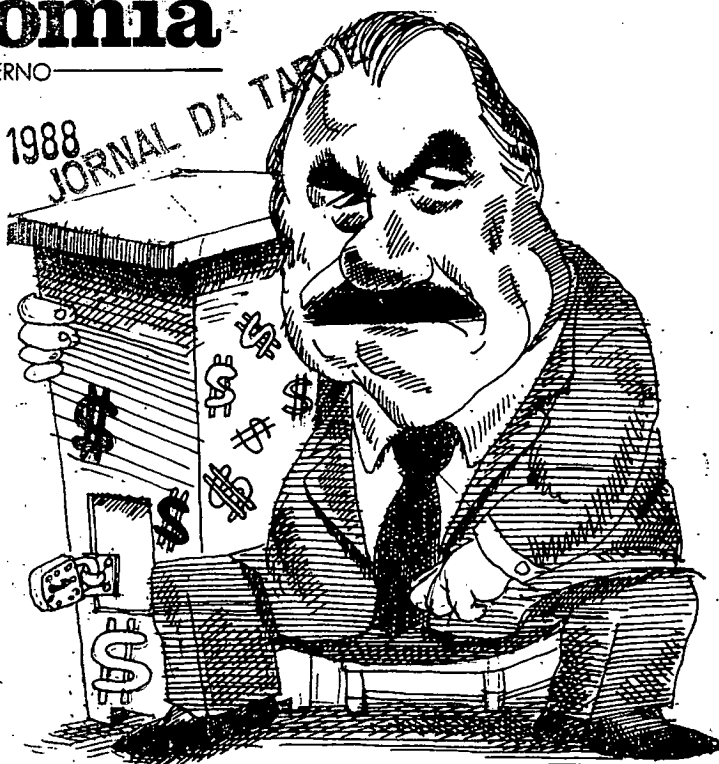


SARNEY CORTA OS CORTES

29 ABR 1988

JORNAL DA TARDE



Agora a redução dos gastos da União será de Cz\$ 650 bilhões (0,9% do PIB). Há um mês, seria de Cz\$ 936 bilhões (1,3% do PIB), depois foi fixada em Cz\$ 720 bilhões. Ontem, Sarney recuou de novo.

Bastou um pouco mais de pressão de alguns ministros, principalmente daqueles diretamente ligados à área social, para que o presidente José Sarney recuasse novamente de sua decisão de cortar Cz\$ 936 bilhões do orçamento deste ano, equivalentes a 1,3% do PIB (Produto Interno Bruto), para desapontamento do ministro do Planejamento, João Batista de Abreu, que anunciara a medida, há quase um mês. Há alguns dias, Sarney decidira reduzir os cortes para Cz\$ 720 bilhões (1% do PIB) e ontem, durante reunião com João Batista de Abreu, novo recuo: Cz\$ 650 bilhões, ou 0,9% do PIB.

Segundo o novo porta-voz do Palácio do Planalto, Carlos Henrique de Almeida Santos, esse nível de cortes será suficiente para cumprir a meta do governo de reduzir o déficit público de aproximadamente 5% do PIB para 4%. Informações do Palácio do Planalto garantem que o recuo de ontem nos cortes orçamentários de 1988 visa basicamente preservar as prioridades sociais.

Foi em função dessas prioridades que o presidente Sarney decidiu também que os cortes nas despesas da União não serão feitos linearmente (atingindo igualmente todas as áreas). Prefere o presidente que os cortes sejam feitos de forma diferenciada, atingindo menos as áreas sociais. Após a definição dos cortes feitos para todos os ministérios, cada ministro ficará encarregado de elaborar seu quadro de prioridades, apontando quais as rubricas do seu orçamento que serão cortadas. Eles têm prazo até 17 de maio para enviar ao Palácio do Planalto a lista dos cortes selecionados.

Descontentamento

Mas se agradou alguns ministros, preservando recursos para a área social, Sarney pode ter irritado outros, como os militares. "Cortar o quê? Se não há dinheiro, não há o que cortar!" Esta foi a reação do ministro-chefe do Estado-Maior das Forças

Armadas (EMFA), brigadeiro Paulo Roberto Camarinha, que não escondeu seu aborrecimento com a determinação de efetuar cortes. Outro brigadeiro, o ministro da Aeronáutica, Moreira Lima, foi mais contido: "Os cortes serão, sobretudo, na área de investimentos e de novas obras".

No EMFA, cujo orçamento é de pouco mais de Cz\$ 8 bilhões, o ministro Paulo Camarinha apenas admitiu que não pretendia efetuar cortes em seu programa prioritário — a base de lançamentos de foguetes, em Alcântara (MA), contemplada com Cz\$ 2 bilhões 689 milhões. O ministro da Aeronáutica (força que recebeu Cz\$ 118 bilhões no orçamento), Moreira Lima explicou: "Nosso projeto principal — o avião subsônico construído em parceria com a Itália — não está comprometido. Ele apenas já consumiu sua parte prevista no orçamento para 1988 — Cz\$ 3 bilhões, 599 milhões e 300 mil — e aguardamos a liberação de Cz\$ 15 bilhões para que possamos honrar nossos compromissos internacionais e manter o cronograma previsto".

O ministro da Aeronáutica informou que a Seplan já aprovou a concessão dessa verba para a projeto AMX e revelou que esses 15 bilhões entrarão na FAB como "Encargos Gerais da União", cancelando-se assim sua rubrica anterior, "Recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento", aprovado em 1987 pelo ex-ministro Aníbal Teixeira "de forma errônea", conforme observou.

Devido à polêmica gerada, a concessão foi arquivada mas continua fazendo parte das previsões da Aeronáutica e da Seplan, segundo afirmou o brigadeiro Moreira Lima: "É só uma questão de ajustamento". Em seguida, informou que também a instalação do sistema Dacta (Defesa Aérea e Controle do Tráfego Aéreo) na Região Sul, já iniciada, continuará como prioridade número 2 da Aeronáutica, não devendo

igualmente sofrer cortes. Estes se darão, finalmente, nos capítulos de novos investimentos e obras. Como hangares, ranchos e alojamentos: A parte de manutenção e custos, a compra de combustível e treinamento e a construção de residências (pela Caixa Econômica) não sofrerão alterações.

Na Marinha, apesar do caráter sigiloso que vem cercando o assunto, soube-se que prioritário para a força naval continua sendo a construção de um reator para propulsão de submarinos nucleares, na usina de enriquecimento de urânio, em Iperó, além da continuação das obras de ampliação do Arsenal, visando a iniciar a construção imediata do segundo submarino convencional da classe IKL-209 1400, um projeto alemão. A Marinha pretende ainda manter o desenvolvimento do projeto de propulsores e priotécnicos de uma arma antissubmarina e um sistema de defesa anti-míssil.

No Exército, há pretensões de se manter no projeto FT-90 a aquisição de helicópteros e construção das instalações destinadas a acolher o primeiro batalhão de aviação, em Taubaté, além de outros 15 batalhões terrestres.

Devem sugerir

Em Porto Alegre, o comandante militar do Sul, general Edson Boscacci Guedes, opinou ontem que os ministros militares devem apresentar ao presidente Sarney sugestões de medidas para enfrentar a crise econômica. Boscacci Guedes deixou claro que nos quartéis houve insatisfação com o congelamento dos reajustes salariais pela URP, mas garantiu que, na "parte disciplinar", as tropas assimilaram a deliberação do governo. O general considerou justo o movimento dos funcionários federais — inclusive os civis do Ministério do Exército —, que ameaçam fazer greve contra o arrocho salarial.